

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO
AUTÓNOMA DOS AÇORES



COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA

RELATÓRIO E PARECER

PROJETO DE RESOLUÇÃO – MELHORIA DO TRANSPORTE MARÍTIMO DE
PASSAGEIROS E VIATURAS ENTRE AS ILHAS DO GRUPO CENTRAL

PONTA DELGADA
MARÇO DE 2016

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada	990 Proc. n.º 109
Data:	01/04/16 N.º 135 X



TRABALHOS DA COMISSÃO

A Comissão Permanente de Economia reuniu no dia 9 de março de 2016, na Delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade de Angra do Heroísmo, a fim de analisar e dar parecer sobre o Projeto de Resolução – Melhoria do transporte marítimo de passageiros e viaturas entre as Ilhas do Grupo Central.

1.º. CAPÍTULO – ENQUADRAMENTO JURÍDICO

O Projeto de Resolução foi apresentado ao abrigo da alínea d), do n.º 1, do artigo 31.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores – Lei n.º 2/2009, de 12 de Janeiro – e nos termos do artigo 145.º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores e apreciado nos termos da alínea a) do artigo 42.º do referido Regimento.



2º. CAPÍTULO - APRECIÇÃO NA GENERALIDADE E ESPECIALIDADE

O presente Projeto de Resolução pretende, em concreto, recomendar “ao Governo Regional dos Açores que:

- 1 – Dê orientações à empresa pública Atlânticoline para que uma das embarcações adstritas ao serviço público de transporte marítimo de passageiros e viaturas entre as “ilhas do Triângulo” (“Gilberto Mariano” ou “Mestre Simão”) passe a fazer base no Porto Comercial da ilha de São Jorge, no Concelho das Velas;
- 2 – Que, na sequência, desta alteração, a respetiva embarcação assegure, duas vezes por dia, durante todo o ano, ligações marítimas entre os portos das Velas de São Jorge e de São Roque do Pico, preferencialmente de manhã e ao fim do dia, garantindo que os passageiros que pretendam seguir de São Jorge para o Faial, ou vice-versa, tenham uma ligação assegurada por via intermodal, nomeadamente via terrestre, entre os portos da São Roque e Madalena, ou vice-versa, combinados os horários das rotas Horta – Madalena – Horta e Velas – São Roque – Velas;
- 3 – Que, em dias a determinar, consoante o verdadeiro interesse económico e comercial das respetivas rotas e ilhas, sejam asseguradas ligações semanais entre as ilhas de São Jorge, Terceira e Graciosa, durante todo o ano, que podem ser de forma alternada, isto é, um dia pode o horário determinar que a ligação seja Velas – Praia (Graciosa) – Angra do Heroísmo – Calheta – Velas e, no dia seguinte, estabelecer que a rota seja Velas – Calheta – Angra do Heroísmo – Praia (Graciosa) – Velas;
- 4 – Que seja definido um preçário socialmente justo e economicamente atrativo nas novas ligações a criar, para que as rotas registem níveis significativos de procura;
- 5 – Que sejam rapidamente desbloqueados os processos conducentes à construção das rampas ro-ro prometidas, e agora amplamente necessárias, nos portos de Angra do Heroísmo (Poro das Pipas) e da Calheta de São Jorge, para que toda a operação a desenvolver possa decorrer dentro dos parâmetros de qualidade que já se verificam nos restantes portos do Grupo Central, assim como a construção ou melhoria das Gares Marítimas de passageiros nos terminais marítimos em causa.”



O proponente justifica, genericamente, as respetivas pretensões na necessidade de desenvolvimento harmonioso do Arquipélago e na imperiosa necessidade de um adequado aproveitamento dos atuais meios marítimos disponíveis.

A Comissão deliberou proceder à audição das seguintes entidades:

- Câmara de Comércio e Indústria da Horta;
- Secretário Regional do Turismo e Transportes;
- Câmara de Comércio e Indústria de Angra do Heroísmo;
- Núcleo Empresarial da Graciosa;
- Associação Comercial da Ilha do Pico;
- Núcleo Empresaria de S. Jorge.

No dia 28 de janeiro de 2016 a Comissão procedeu à audição do Presidente da Câmara de Comércio e Indústria da Horta, Carlos Morais.

O Presidente afirmou que tinha imensas dúvidas sobre a proposta do CDS-PP em deslocalizar a base de um navio para o porto de Velas, lembrando que o porto da Horta foi o único que não foi encerrado nos últimos tempos, considerando que não se iria ganhar nada com essa mudança.

Reconhecendo não ser dono da verdade, afirma que a ligação Velas / Horta deve ser mantida devido à relação de proximidade entre S. Jorge e Faial.

Afirmou ainda que as ligações Terceira / Graciosa no inverno não faziam sentido devido ao atual modelo de transporte aéreo.

A Deputada Graça Silveira perguntou se a pernoita em S. Jorge de um dos navios não poderia potenciar as ligações regulares com as restantes ilhas do Grupo Central.

O Presidente afirmou que deveria ser feito um estudo, mas certamente que iria onerar as operações pelo facto de ter de se deslocalizar duas tripulações, lembrando a Deputada que os centros de distribuição de passageiros e viaturas estavam na Horta e Madalena. Lembrou também que existia uma procura acentuada, entre estes dois portos, de pessoas que se deslocavam por questões de saúde.

O Deputado Miguel Costa, a este propósito, perguntou se esta proposta de manter a base de um dos navios em S. Jorge não iria criar mais desconforto aos passageiros, nomeadamente nas ligações por terra entre S. Roque e a Madalena.



O Dirigente afirmou que, com esta proposta, implicaria deslocalizar duas tripulações e que não se iria ganhar absolutamente nada com isso.

No dia 28 de janeiro de 2016 a Comissão procedeu à audição do Secretário Regional do Turismo e Transportes, que veio acompanhado pelo Presidente da Atlanticoline, João Ponte.

Depois da apresentação do diploma pela Deputada do CDS-PP, Ana Espínola, o Governante começou por dizer que os pontos 1, 2 e 3 do projeto referiam-se a questões operacionais e por isso devia ser o Presidente da Atlanticoline a justificar as posições oficiais.

O Gestor começou por afirmar que a fixação da base de um navio em S. Jorge não fazia sentido, por razões operacionais, lembrando os presentes que o porto de S. Roque tinha condicionalismos, nomeadamente mais cancelamentos no inverno, pelo que, com esta proposta, a qualidade do serviço prestado naquela linha.

Por sua vez, lembrou também, que era preciso suportar os custos com a deslocação de uma tripulação rotativamente.

Referindo-se ao ponto 2 do projeto em questão, esclareceu que a procura naquele percurso era muito baixa neste momento, havendo uma ocupação na ordem dos 9%, e que duplicar a oferta só iria baixar ainda mais essa taxa de ocupação.

Relativamente ao ponto 3 da resolução, o Gestor afirmou que a ligação Terceira / Graciosa não fazia sentido devido à existência de alternativa, também por via marítima, e relativamente à ligação Calheta / Angra também considerou ser desnecessário aumentar a oferta pelo facto das taxas de ocupação terem baixado.

O Secretário Regional acrescentou que a questão levantada sobre as ligações ao segundo triângulo era resolvida numa resposta sazonal e no inverno, devido à procura inexistente, ficaria melhor servido por via área.

Afirmou ainda que, relativamente ao ponto 5 do projeto, as duas obras previstas para a Calheta e Porto das Picas estavam a ser estudadas no LNEC e que iriam arrancar ao mesmo tempo.

O Deputado Luís Rendeiro perguntou como era possível ter verbas no Plano para estas obras e nada ter acontecido ainda.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

O Membro do Governo avançou que era feita uma estimativa orçamental, considerando várias soluções e que, tendo em conta que obras deste tipo requeriam várias avaliações técnicas, se optava pela melhor solução.

Neste caso, ainda segundo o Governante, o executivo tinha vontade que esses resultados fossem conhecidos o mais rapidamente possível.

A Deputada Ana Espínola perguntou se iriam reduzir os toques em S. Roque, quais os custos com a deslocação de uma tripulação no porto de Velas e em que ponto estavam os projetos das rampas Ro-Ro que ainda faltavam.

O Governante afirmou que as ligações Velas / S. Roque seriam as que estavam nas Obrigações de Serviço Público, reforçando que a ligação Velas / Horta não era viável em termo económicos. Relativamente às rampas afirmou que aguardava avaliação técnica e que esperava que esta fosse rápida.

O Presidente da Atlanticoline afirmou, por sua vez, que a fixação de uma tripulação no porto de Velas iria causar sobrecustos na ordem dos 50 mil euros por mês, lembrando os membros da Comissão que aqueles navios tinham sido concebidos para navegar no triângulo durante todo o ano e que ao navegar fora desta área os níveis de conforto decresceriam drasticamente e a procura baixaria também.

O Membro do Governo acrescentou que no mar aberto do Oceano Atlântico o comportamento dos navios de 40 ou de 115 metros faziam muita diferença a nível de conforto.

O Deputado André Rodrigues perguntou se o inverno comprometia a operações normais no triângulo e se a oferta intermodal proposta pelo CDS-PP punha em causa a qualidade do serviço.

O Gestor afirmou que as duas ligações semanais todo ano eram ajustadas e que se avançassem com a solução preconizada isso poderia, de facto, perturbar a operação e aumentar os custos, reafirmando que não iria haver aumento da procura que o justificasse.

O Deputado Luís Garcia começou por afirmar que era consensual que o transporte marítimo no grupo central necessitava de ser melhorado, nomeadamente dinamizando a ligação S. Roque / Velas e criando um transporte marítimo regular num segundo triângulo.

O Secretário Regional disse que era necessário adequar a oferta à procura e que quando houvesse incremento da procura seriam encontradas soluções.



Relativamente ao segundo triângulo, afirmou não haver possibilidade de o criar todo o ano por não haver condições nem este gerar procura.

O Presidente da Atlanticoline referiu, ainda a este propósito, que tinham reforçado as viagens da operação sazonal para o próximo verão em mais 37 viagens, beneficiando esse segundo triângulo.

No dia 28 de janeiro de 2016 a Comissão procedeu à audição da Câmara de Comércio e Indústria de Angra do Heroísmo, representada por Sandro Paim, Presidente da Direção, José Parreira e José Montes, Diretores.

O Presidente da Direção, a propósito deste Projeto de Resolução, afirmou que o assunto era muito caro à sua instituição e que reconhecia o enorme esforço que o Governo Regional tinha feito para que este fosse um bom serviço, muito embora fosse possível identificar a existência de situações passíveis de serem melhoradas.

Lembrou, a título de exemplo, uma série de azares que não eram possíveis de resolver com a “prata da casa” e a não publicitação dos horários atempadamente.

Por outro lado afirmou que não era razoável esquecer algumas ilhas do Grupo Central nesta operação.

O Deputado André Rodrigues, referindo-se às ligações Graciosa / Terceira / S. Jorge, perguntou se esta operação não seria mais eficaz com outro tipo de navios.

O Presidente da Câmara do Comércio afirmou que o desvio de um navio do Triângulo para fazer Terceira / Graciosa, neste momento, iria causar incómodo e defendia que a operação no Triângulo ao ser positiva não deveria ser prejudicada pela operação proposta.

O Deputado Jorge Macedo perguntou como a operação no segundo triângulo iria afetar o primeiro triângulo, lembrando a história do ovo e da galinha. Referiu que sem se disponibilizar um serviço, com qualidade e regularidade, dificilmente se pode avaliar se a procura é capaz de garantir a sustentabilidade da oferta. Defendeu que qualquer solução para implementar um segundo triângulo no Grupo Central, não pode penalizar a operação Faial/Pico/S. Jorge, que, pese embora já esteja consolidada, tem potencial de melhoria, nomeadamente nas ligações a S. Jorge.

A Deputada Ana Espínola lembrou que, havendo um navio com base no porto de Velas, seria possível fazer-se o segundo triângulo.



A esse propósito o Dirigente afirmou que lhe custava propor alterações que prejudicassem uma operação que corria bem.

No dia 28 de janeiro de 2016 a Comissão procedeu à audição do Núcleo Empresarial da Graciosa, representado pelo seu Presidente, Carlos Brum.

Convidado a pronunciar-se sobre este diploma, o Presidente do Núcleo Empresarial da Graciosa começou por afirmar que, numa primeira leitura, o Projeto de Resolução lhe parecia bem e que gostaria de também poder saber mais pormenores.

O Deputado José Ávila começou por perguntar se o transporte aéreo, com a significativa redução das tarifas, não constituía uma boa solução para a mobilidade de pessoas no período de inverno, lembrando também que a operação marítima para o próximo verão previa mais ligações com as ilhas vizinhas.

O Presidente da do Núcleo Empresarial da Graciosa reconheceu que tinham sido introduzidas melhorias no transporte aéreo, mas que a questão dos preços não era aliciante.

Considerou que eram tipos de transporte diferentes, afirmando que o transporte marítimo de passageiros nunca tinha sido otimizado devido aos navios serem velhos e sujeitos a inúmeras avarias.

A Deputada Ana Espínola perguntou se não achava que o estacionamento de um navio no porto de Velas não poderia contribuir para unir todo o Grupo Central dos Açores.

O Dirigente começou por dizer que o maior problema passava pela inexistência, nesta altura, de horários para os turistas poderem programar as suas viagens.

Depois afirmou que seria necessário ter coragem para assumir se queremos ou não um serviço de transporte marítimo todo o ano e, caso a opção não fosse essa, então introduzir melhorias no transporte aéreo.

No dia 28 de janeiro de 2016 a Comissão procedeu à audição da Associação Comercial da Ilha do Pico, representada pelo seu Presidente, Daniel Rosa.



O Dirigente começou por referir que o transporte nos Açores dependia do modelo e também das condições, afirmando que concordavam com o que já estava feito, reconhecendo, no entanto, alguns constrangimentos nas ligações entre as ilhas do Faial, Pico e S. Jorge.

A Deputada Ana Espínola perguntou se não achava que o facto de sedear um navio em S. Jorge poderia dinamizar o transporte no segundo triângulo.

O Presidente afirmou que em termos de transporte marítimo de passageiros e viaturas a expressão maior no Grupo Central situava-se na ligação Horta / Madalena e depois S. Roque / Velas.

Compreendendo a proposta, entendeu esclarecer que não concordava com a retirada de um navio deste espaço por isso ir prejudicar as ligações Faial / Pico, defendendo que os navios grandes deveriam fazer essas ligações no verão, com tem feito até aqui.

Lembrou que esta alteração proposta no lugar de potenciar poderia penalizar, pelo que pensava que primeiro seria necessário focar a atenção no que tínhamos de bom e depois partir para outras soluções, afirmando ainda que a ligação terrestre entre S. Roque / Madalena não era prática, lembrando a Deputada Ana Espínola que não se devia libertar um navio de uma zona cuja aposta já tinha sido ganha.

O Deputado André Rodrigues constatou que esta proposta eliminava a ligação direta S. Jorge / Faial e se achava ser possível ligar à Graciosa.

O Dirigente afirmou que era muito cedo para introduzir alterações ao modelo já implementado, criticando também algumas opções feitas no porto da Madalena e constatando que a ligação entre Pico e S. Jorge movimentava poucas pessoas, ignorando os custos do alargamento da operação.

O Deputado Jorge Macedo perguntou que dúvidas tinha pelo facto de considerar um navio ser insuficiente para operar nas ligações Madalena / Horta, que apelidou de sucesso, e se duvidava da rentabilidade da ligação Velas / S. Roque.

O Dirigente afirmou que desviar um navio para S. Jorge só podia acontecer depois do aeroporto do Pico ser a porta de entrada do exterior, recordando que, neste momento, as ligações não eram potenciadoras de tráfego.

Afirmou ainda que não estava na altura de criar um novo modelo.



No dia 28 de janeiro de 2016 a Comissão procedeu à audição do Núcleo Empresarial de S. Jorge, representado pelo seu Presidente, João Paulo Oliveira.

O Presidente começou por afirmar que o ideal era manter ligações ponto a ponto, nomeadamente com a ilha Terceira, que deveria ser mantida e consolidada, defendendo que no inverno essa ligação era desnecessária devido aos custos excessivos que englobava.

A Deputada Ana Espínola afirmou que não era possível saber que procura essas ligações poderiam ter não havendo oferta e perguntou se não achava importante fazer-se um segundo triângulo.

O Dirigente respondeu que esse triângulo poderia ser feito conjugando os navios mais pequenos com os navios grandes no período de verão, afirmando que não se podia desviar o navio que liga S. Jorge ao Pico.

Concluiu que antes de se avançar para um segundo triângulo era necessário consolidar o primeiro e só depois avançar com ligações todo o ano.

O Deputado André Rodrigues perguntou o que achava da ausência da ligação direta de S. Jorge ao Faial e da ligação por terra de S. Roque até à Madalena.

O Dirigente confirmou que se deve manter as ligações ponto a ponto e que só se devia partir para o segundo triângulo depois do primeiro estar devidamente consolidado.

Assim, a Comissão Permanente de Economia entendeu, por maioria, emitir parecer desfavorável, com o voto a favor do PS, o voto contra do CDS-PP e as abstenções, com reserva de posição para plenário, do PSD e BE.



O Relator

José Ávila

O presente relatório foi aprovado, por unanimidade.

O Presidente

Francisco Vale César